

descentralização, desde a mais criteriosa e supervisionada, a exemplo o estado do Rio de Janeiro, até a mais simples, no estado do Rio Grande do Sul, que habilitou os municípios através de uma resolução do Conselho de Meio Ambiente, e o sistema na Bahia que permite ao município interessado, a opção pelo nível de complexidade a ser enquadrado. O estudo conclui com uma discussão sobre os gargalos mais críticos para o fortalecimento do licenciamento ambiental no âmbito municipal.

**Palavras-chaves:** Licenciamento ambiental, Municipalização, Capitais

## **Municipalização do Licenciamento Ambiental: análise sob a ótica dos empresários, consultores e técnicos governamentais em Dourados, MS**

Autores Jaqueline dos Santos Menezes <sup>2</sup>, Paulino Barroso Medina Junior <sup>2</sup>

Instituição <sup>2</sup> UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados (Rodovia Dourados / Itahum, Km 12 - Unidade II | Cep: 79.804-970), <sup>3</sup> UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados (Rodovia Dourados / Itahum, Km 12 - Unidade II | Cep: 79.804-970)

### **Resumo**

O Licenciamento Ambiental é um importante instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente com aplicação direta na gestão ambiental pública e privada. Entretanto, tem sido equivocadamente definido pelos setores políticos e empresariais como um entrave ao desenvolvimento econômico. Apesar de sua importância, o licenciamento ambiental brasileiro ainda carece de estudos e compreensão, especialmente no que diz respeito à descentralização e municipalização, que ainda é recente e precisa ser aprimorado e conhecido pela comunidade. Nesse sentido, o presente trabalho se propôs a reconhecer os pontos positivos e negativos da municipalização do licenciamento ambiental sob a ótica dos principais atores envolvidos no processo (empresários, técnicos governamentais e consultores), mediante estudo de caso no município de Dourados-MS, com ênfase no setor de postos de combustíveis. Aplicou-se procedimentos de revisão documental e entrevistas com formulários de perguntas estruturadas a 25 empresários, 15 consultores e 10 técnicos do órgão ambiental municipal envolvidos com os processos analisados, com foco na avaliação percepção dos mesmos sobre o processo de municipalização do licenciamento ambiental, considerando aspectos burocráticos, técnicos e legais. De maneira geral, as três categorias de entrevistados estão satisfeitas com o licenciamento ambiental municipal, principalmente no que diz respeito à facilidade de comunicação com o órgão, acesso as informações e nível dos estudos exigidos. Há divergências de opinião quanto à agilidade na análise dos processos e emissão das licenças, valor das taxas, validade das licenças e nível dos documentos exigidos. Entretanto a respeito do processo de municipalização propriamente dito, verifica-se uma maior unanimidade quanto ao nível de satisfação, os quais indicam que houve melhorias generalizadas no processo com a transição da esfera estadual para a municipal. Houve divergência de opinião sobre como um ator percebe o grau de envolvimento e participação efetiva do outro ator no processo de licenciamento ambiental, o que demonstra que falta entrosamento entre os mesmos e internalização da real importância desse instrumento de gestão ambiental por todos. Os principais pontos críticos destacados foram: Empresários - valor da taxas e agilidade no processo; Técnicos governamentais - volume de processos e sobrecarga de trabalho; Consultores - valorização do trabalho do consultor e o não envolvimento do empresários nos processos de licenciamento ambiental executados.

**Palavras-chaves:** Gestão Ambiental, Licenciamento Municipal, Postos de Combustíveis

## **Fortalecimento do licenciamento ambiental: uma proposição concebida na relação Universidade-Município tendo como enfoque a pesquisa-ação.**

Autores Tatiana Walter <sup>1</sup>, Lúcia de Fátima S. de Anello <sup>1</sup>, Carlos Alberto Seifert Jr. <sup>1</sup>, Eduardo Dias Forneck <sup>1</sup>, Karina Attisano <sup>1</sup>, Juliana Prevedello <sup>1</sup>, Tanize Dias <sup>1</sup>, Janaína Ferreira Soares <sup>1</sup>, Jéssica Fischer Verly

de Moraes<sup>1</sup>, Kelen Rodrigues da Veiga<sup>1</sup>, Taynara Maria Domingues de Almeida<sup>1</sup>, Rafaella Peglow Bubolz<sup>1</sup>, Juliana Conti Hubner Waskow<sup>1</sup>

Instituição<sup>1</sup> FURG - Universidade Federal do Rio Grande (Av. Marechal Floriano, 2236, Centro, São Lourenço do Sul/RS)

## Resumo

Este trabalho relata uma experiência destinada ao fortalecimento do licenciamento ambiental do município de Rio Grande/RS, estruturado como projeto de extensão universitário. Dentre suas ações está a formação continuada dos atores envolvidos no licenciamento ambiental municipal, a saber: técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA, técnicos de outras secretarias municipais interessadas no licenciamento, empreendedores, consultores ambientais, alunos e egressos de graduação e pós-graduação com formação na área ambiental e, a própria equipe técnica envolvendo docentes e estudantes. O relato faz uma reflexão acerca do método proposto, cujas atividades foram planejadas assumindo a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão na construção do conhecimento. Ao contemplá-la, tem-se a pesquisa-ação como cerne, cujo princípio norteador é o conhecimento acumulado dos técnicos envolvidos no cotidiano do licenciamento. Em síntese, o processo formativo é concebido a partir da sistematização do conhecimento dos técnicos da SMMA, ao mesmo tempo, em que os estudantes se formam ao relacionarem seus conhecimentos teóricos à experiência dos atores envolvidos neste cotidiano. Proposta metodologicamente contrária aquelas cujos conteúdos são definidos apenas a partir da experiência dos docentes. Ou seja, assume-se aqui o princípio da pesquisa-ação, realizada em um espaço de interlocução entre diferentes atores, destinada à resolução de problemas. Neste movimento, a construção do conhecimento ocorre por meio da diversidade e o aprendizado se dá por meio de um processo de ação/reflexão/ação. Na experiência em curso, os procedimentos de pesquisa foram: i) a análise documental de processos considerados de alta complexidade pelos técnicos, que subsidiariam aos pesquisadores compreender o rito do licenciamento ambiental e; ii) a realização de entrevistas semiestruturadas com os técnicos do setor de licenciamento e de fiscalização da SMMA, buscando um primeiro cenário, que seria complementado com outros procedimentos da pesquisa social qualitativa. Contudo, ao serem iniciadas as entrevistas, todos os técnicos optaram por participarem e dialogarem com os pesquisadores. Após transcrição e categorização das entrevistas, realizadas ao longo do mês de abril e maio de 2016, foi possível identificar: i) quais os gargalos são estruturais no licenciamento ambiental municipal de Rio Grande; ii) quais os conteúdos centrais a serem trabalhados nos cursos, seja em uma perspectiva teórica, seja em relação a procedimentos e a temáticas específicas; iii) uma maior compreensão do rito e dos problemas do licenciamento ambiental pelos estudantes em formação. Tais resultados explicitam que a pesquisa-ação se configura, assim, em um método adequado para processos formativos dos sujeitos envolvidos nas atividades de elaboração e análise de estudos ambientais e de avaliação de impacto ambiental no contexto do licenciamento ambiental.

**Palavras-chaves:** licenciamento ambiental municipal, pesquisa-ação, capacitação

## A Avaliação de Impactos Cumulativos e Sinérgicos na Legislação Ambiental Brasileira: limitações e propostas para melhorias

Autores Andressa Spata<sup>1</sup>

Instituição<sup>1</sup> ERM - ERM Brasil (Avenida Rio Branco, 138 - sala 1502)

## Resumo

Atualmente, observa-se que os Ministérios Públicos Estaduais e Federais no Brasil têm apontado para a necessidade de avaliações de impactos ambientais que considerem o caráter cumulativo e sinérgico dos impactos causados por projetos e atividades em processo de licenciamento, ou, até mesmo, já licenciados, mas que demandem ajustes. No entanto, a legislação brasileira carece de maior clareza conceitual no que se refere à forma como deve ser estruturada essa abordagem e quem devem ser os responsáveis por ela. O presente trabalho investigou por meio de pesquisa bibliográfica e com base na análise da legislação ambiental atual as limitações conceituais relacionadas aos conceitos de cumulatividade e sinergia, que, por consequência, impedem maior qualidade e precisão nesse tipo de avaliação no Brasil. Adicionalmente, apresenta a partir da análise das suas respectivas legislações e normas como os Estados Unidos, o